

DA ANCESTRALIDADE AO POR-VIR: DO CEMITÉRIO AO INSTITUTO DOS PRETOS NOVOS

Dayllan de Souza Alho¹

302

Resumo. Este trabalho transcorreu a partir das investigações sobre a representação dos que foram denominados como negro no antigo Cemitério dos Pretos Novos, construído no Valongo/RJ em 1769 e extinto em 1830 como nos afirma (PEREIRA 2014), e que no ano de 1996 foi redescoberto e tornou-se patrimônio cultural no ano de 2005, na representação do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos². Esta pesquisa demonstra como ocorre a desumanização dos corpos que ocupam o antigo cemitério e como o IPN busca reivindicar a humanidade dos que ali morreram, para fomentar uma nova memória nas pessoas que ainda vivem. Com o auxílio do conceito de rugosidade espacial (M. SANTOS, 2002) e de biopotências (D. OLIVEIRA, 2019), buscamos evidenciar a ancestralidade como forma de combate a desumanização do passado e do futuro através das intervenções dos que vivem no presente.

Palavras-chave: Ancestralidade; rugosidade espacial; Instituto dos Pretos Novos; Cemitério Pretos Novos.

FROM ANCESTRY TO THE NEAR-FOR: FROM THE CEMETERY TO THE INSTITUTO DOS PRETOS NOVOS

Abstract. This work is the result of the investigations that took place at the Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, where we seek to approach how the Institute, appropriates the history of the Cemetery of the New Blacks and projects itself to the future in the form of a (re)-xistência as a way to get around (NOGUEIRA, 2012) of those who are visiting it there. The debate of the coming/future is intrinsically related to the subjects and places, because as the subjects point out to us (R. E. SANTOS 2012), the place can only be a place in reference to the humanized sense of what is projected on to it, thus the participation of being as the subject of the place. The search to investigate the IPN goes against ancestry, in the ways advocated by

¹ Mestrando em Geografia do Programa de Pós-graduação da PUC-Rio, Pontifícia Universidade Católica/RJ, dayllan33@gmail.com, URL Registro ORCID.

² Neste artigo pode aparecer através da sigla IPN, que significa Instituto dos Pretos Novos.

(MORAES 2019) and (D. OLIVEIRA 2019), and for this we seek to highlight the concept of spatial roughness (M. SANTOS 2002) that was built and formulated at the Instituto dos Pretos Novos.

Keywords: Ancestry; spatial roughness; Institute of the New Blacks; New Black Cemetery.

DE LA ASCENDENCIA AL CASI FORO: DEL CEMENTERIO AL INSTITUTO DOS PRETOS NOVOS

Resumen. Este trabajo se basó en investigaciones sobre la representación de aquellos que fueron calificados como negros en el antiguo Cementerio de Black Snew, construido en Valongo / RJ en 1769 y extinguido en 1830 como se afirma en 1830 (PEREIRA 2014), y que en 1996 fue redescubierto y se convirtió en patrimonio cultural en 2005, en la representación del Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos. Esta investigación demuestra cómo se produce la deshumanización de los cuerpos que ocupan el antiguo cementerio y cómo el IPN busca reivindicar la humanidad de quienes murieron allí, para fomentar una nueva memoria en las personas que aún viven. Con la ayuda del concepto de rugosidad espacial (M. SANTOS, 2002) y biopoderes (D. OLIVEIRA, 2019), buscamos resaltar la ascendencia como una forma de combatir la deshumanización del pasado y el futuro a través de las intervenciones de quienes viven en el presente.

Palabras clave: Ascendencia; rugosidad espacial; Instituto dos Pretos Novos; Cemitério dos Pretos Novos.

Introdução

O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos é uma instituição que administra o achado arqueológico do antigo cemitério dos Pretos Novos, localizado na atual Rua Pedro Ernesto, nº 36, na zona portuária do Rio de Janeiro. O Instituto dos Pretos Novos para além de apenas uma memória pretérita busca se afirmar no presente, fomentando escavações, explorando seu interior em busca de somar e evidenciar o maior quantitativo de artefatos históricos concretos para se autodescobrir e demonstrar o quanto é a importância da vida dos que no passado foram escravizados.

Assim, este texto tem como objetivo central buscar evidenciar o olhar geográfico para os espaços que foram feitos de horror, que são marcos históricos e espaciais de Vida. Um cemitério, um jazigo, ou um campo de extermínio é visto como um lugar do horror, e evidenciar apenas essa narrativa é condenar aqueles que ali morreram, e assim, sofreram um reducionismo de suas histórias apenas as partes mais nefastas. Este trabalho busca através de uma observação do Instituto dos Pretos Novos como objeto empírico demonstrar a ancestralidade em caminho do por-vir como aparato teórico e metodológico de análise geográfica.

Fazendo uma busca não só nos seus espaços físicos, mas na busca de representar o Instituto dos Pretos Novos como uma possibilidade de um “espaço para o Ser”. Ou seja, um espaço de vivências, de trocas, de novas formas e modos de Ser no/com/através do espaço. Nesta perspectiva que sua existência fornece as potencialidades na construção do presente e as possibilidades de futuro. O IPN apresenta-se na busca de uma memória, não somente das “imagens de terror” que em um primeiro momento possa ser traduzida das suas escavações e exposição de ossadas no plano principal do Instituto, mas buscando um vínculo com o passado, utilizando a ancestralidade.

Assim, este trabalho se utiliza, na esteira de diversos autores como: Oliveira (2016), Nogueira (2011), Machado (2014), Brandão (2017), a concepção que estes trazem, principalmente, sobre as narrativas da ancestralidade e diferentes formas de Ser no mundo. Esta imagem faz com que o Instituto dos Pretos Novos consolide uma base empírica de escavações e fortalecimento das lutas em prol de reconhecimento da

ALHO, *Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.348

ancestralidade, conseqüentemente, marcando sua luta e prestígio para a conquista de um espaço de existência.

Segundo Santos R. E: “a geo-grafia desse espaço é dada pela corporeidade dos frequentadores e pelos traços culturais valorizados que remetem diretamente a negritude. São as experiências sociais (de espaço) que organizam essa geo-grafia das relações raciais”. (2012, p.60).

Além disso, no IPN se constrói a perspectiva de que todas as pessoas lidas e identificadas como negros e negras, possam desenvolver em si, um espectro de buscar afirmar sua negritude, pois são esses grupos que, segundo os dados oficiais mais recentes, como o do IPEA³ (2017), do Índice de Vulnerabilidade Social (2017) e do IBGE⁴ (2018), são a parcela da população mais vulnerável às práticas letais contra suas vidas.

Assim, compreendo que a população que no passado morria por negar a lógica da escravidão e se rebelava contra este sistema, é a mesma que atualmente, continuam a ser o grupo mais vulnerável de nossa sociedade. E o IPN busca demonstrar que a afirmação da negritude dos Seres é um dos caminhos para se reconhecer e lutar por uma vida plena. Seguindo assim, um autorreconhecimento da história dos que vieram antes de nós, e indo em direção as construções do que fazemos para os que ainda estão por vir.

Ancestralidade do cemitério e o por-vir do instituto

Ao observar o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, nos chama a atenção a complexidade que este possui, pois este pode ser entendido, em moldes geográficos, como uma rugosidade espacial (SANTOS, 1996), onde no mesmo lugar que funciona o Instituto hoje, era em tempos passados, o Cemitério de escravos da região do Valongo. Existe então uma diferença entre o que era o Cemitério dos Pretos Novos e o que é o Instituto dos Pretos Novos.

³ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

⁴ Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia.

Santos (1996) define rugosidade como aquilo que fica do passado no presente, como observado abaixo,

Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço – fator (SANTOS. 1996, p. 92).

Essa rugosidade é observada no Cemitério e posteriormente no Instituto é aos poucos ressignificada como podemos observar em suas práticas cotidianas. Santos (1996) consegue definir as condições dos sistemas de objetos no espaço geográfico, entretanto, o que é destacado neste trabalho é a concepção do sistema de ações que marcam as intencionalidades, disputas, pertencimentos e identidade do espaço.

As duas definições – a de Cemitério e de Instituto – são bem características daquilo que entendemos ser uma leitura da rugosidade espacial de Milton Santos, essa, por sua vez, tendo como uma grande inspiração a noção de prático-inerte de Sartre. Santos (1996: p. 25) nos alerta que “As rugosidades não podem ser apenas encaradas como heranças físico territoriais, mas também como heranças socioterritoriais ou sociogeográficas.”.

O antigo cemitério pode ser entendido como uma rugosidade, pois mesmo escondido, ficou preservado em sua materialidade espacial, ou seja, preservado em sua forma. Quando posteriormente redescoberto, passa a afirmar um passado do espaço construído, uma função segundo Santos (1996), diante do processo de superposição de formas espaciais da zona portuária do Rio de Janeiro que nesse caso, foi responsável por um intencional apagamento da história da cidade. Ou seja, é além de uma herança física, é também uma herança sócio territorial.

O Cemitério é, segundo Pereira (2014, p. 54),

o (...)cemitério de escravos [que] ficava na área antes conhecida como entreposto do Valongo, que hoje compreende os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Construído em 1772, no Largo de Santa Rita, transferido para o Valongo em 1769 e possivelmente extinto em 1830,

ALHO, Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos

o Cemitério dos Pretos Novos era destinado exclusivamente a pretos novos, denominação dada aos escravos recém-chegados da África.

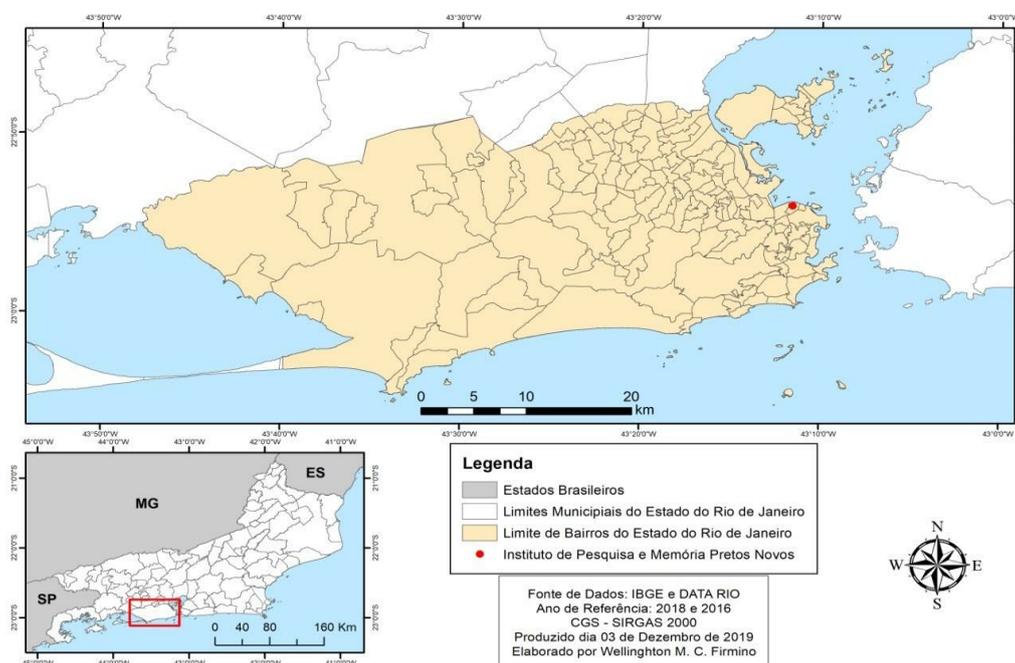
Então, o Cemitério era o local onde os escravizados foram jogados em valas e considerados como “enterrados” – vale ressaltar que o cemitério possuía legitimidade pela Igreja Católica Apostólica Romana da época, pois era administrado pela Igreja de Santa Rita. Os que ali foram abandonados, também foram destituídos de suas memórias, tiveram apagadas suas concepções individuais e foram designados com uma generalização maliciosa indigente. O local em que foram abandonados se torna então um “lugar de horror”, que descende da herança deixada do período escravocrata, onde por diversos motivos o ser negro foi caçado, sequestrado, escravizado e morto. É uma visão generalizada à única lembrança do Ser negro⁵, isto é, um indivíduo que era um escravizado.

Já o Instituto dos Pretos Novos é um achado arqueológico e Museu Memorial – é constituído quando se redescobre o Cemitério dos Pretos Novos, no ano de 1996, localizado na atual Rua Pedro Ernesto, nº 36 (figura 1). O Instituto se organiza para poder administrar e reformular as narrativas sobre os cativos que foram “enterrados”. É a ação do “lugar do Ser”, onde a partir dessa herança cria-se uma narrativa do Ser Negro⁶ para que não seja apenas a do escravizado em tempos pretéritos. O IPN não abre suas portas apenas para observar as ossadas que ficam no saguão principal do espaço físico, ele busca a partir das visitas guiadas, de documentos, artigos, vídeos, propagarem outra narrativa dos escravizados brasileiros.

⁵A palavra negro está em minúsculo pois acreditamos que nesta narrativa, a palavra minúscula indica para o objetivo do trabalho o Ente, socialmente construído pelo Eu- eurocêntrico.

⁶Maiúsculo pois indica o movimento de Ser que se autoconstrói socialmente, não se limitando a um Ente corporificado construído por outros Seres.

Figura 1: localização do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos.



Fonte - Arquivo Pessoal do Autor

O IPN busca ressignificar a narrativa da escravidão e do tráfico negreiro com o auxílio da memória, que segundo Corrêa (2016, p. 04 e 05) é

O passado [que] está presente tanto naquilo que escutamos, lemos e vemos em filmes, fotos e pinturas, como nos objetos materiais em geral, que exibem aspectos conhecidos do passado.” “(...)A memória é seletiva sendo influenciada por aqueles que observam a paisagem, pois são portadores de experiências distintas do espaço, derivadas dos papéis sociais que desempenham. A memória tem uma dimensão polivocal.

Logo, a memória é a seleção de fatos históricos que evidenciam, neste artigo, o negro para além da escravidão, onde o IPN busca evidenciar outras leituras, consolidando um esforço diário para ressignificar a história do negro no mundo.

A partir disso, entendemos que o conceito de lugar é extremamente necessário para compreender o sistema de ações, pois é no lugar que as interações ocorrem e a familiaridade com o que é local, se apresenta como uma topofilia (TUAN, 1974).

ALHO, Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos

Segundo Tuan, “Topofilia seria o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal”. (p.05).

A concepção que o IPN escolhe demonstrar/fazer é a das relações humanas com o passado, e com as que ocorrem no presente. A partir do lugar físico que foi o antigo Cemitério de escravizados, agora se constitui o Instituto dos Pretos Novos; uma instituição que utiliza o espaço físico para gerenciar o sistema de ações entre os que convivem no presente. É assim então, um processo de reconexão do antepassado no sentido das lutas e resistências no presente e futura. Fazendo dos que morreram ali muito mais do que apenas corpos abandonados, mas estes seriam, segundo Oliveira (2019, p. 257), “biopotências”⁷.

Assim, a ancestralidade é a metodologia usada pelo IPN para melhor presentificar o passado, ou seja, trazer a tona os corpos negros que ali foram abandonados para ressignificá-los os que ainda estão por-vir. Oliveira (2019) define o IPN como uma agência que juntamente com outras entidades nesta região

(...)buscam transformar as geo-histórias dos corpos negros como sujeitos políticos centrais da leitura da formação brasileira”. “(...) Essas agências são reservatórios de sentidos, mananciais de formas de vida que foram impedidas de serem vividas e histórias de biopotências² (PELBART, 2008) que buscaram serem negadas e silenciadas. (OLIVEIRA, 2019, p. 257)

Nesta concepção [do sistema de ações⁸], o antigo cemitério que seria o lugar de horror passa a ser um lugar do Ser, da conectividade, e das ações integradas de existência. O IPN se dedica, juntamente com diversos colaboradores na interação humana de prática existencialista, ou seja, nas visitas, divulgações, trabalhos de campo com escolas/turmas, palestras, oficinas, atividades e diversos outras práticas que

⁷ “Um dos instrumentos de produção de memória na luta contra o genocídio negro hoje no Brasil é afirmar que “nossos mortos têm voz”. Vemos a reafirmação que as potências das vidas negras não serão apagadas com a morte física.” Nota de rodapé encontrada sobre biopotência em (Oliveira, 2019, p. 257). Disponível em: OLIVEIRA, Denilson Araújo. Memórias subterrâneas negras na “Pequena África”. In: J. DOMINGUES, & M. PRAGMÁCIO, **Memória, patrimônio cultural e a questão urbana no Rio de Janeiro: contradições, conflitos e desafios** (pp. 229-268). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

⁸ O sistema de ações e objetos são indissociáveis. O cemitério é assim por dizer parte do sistema de objetos que por meio das ações humanas ganham um novo sentido nessa disputa da narrativa social e historiográfica do povo negro.

movimentam as intencionalidades do espaço construído. Esta prática dialoga diretamente com a ideia de Prático-Inerte encontrada em Sartre (1943), que é entendido como as ações humanas em um determinado objeto e/ou espaço, ou seja, as intenções deste Ser perante algo.

Para compreender a ancestralidade do Cemitério em busca do por-vir do Instituto buscamos a concepção de ancestralidade, que também está elucidada na obra de Pereira (2014), onde os escravizados que aqui chegaram pertenciam, entre diversos grupos, aos povos do tronco linguístico banto,

Contudo, a forma de se qualificar a família africana banto sob os padrões antropológicos como matrilinear, patrilinear ou bilateral ainda não dá conta de abarcar com precisão o sentido de parentesco e, sobretudo, de etnias, encontrado para os bantos. Para eles, a linhagem é baseada em uma ancestralidade comum que os une ao mesmo tempo que os preserva enquanto indivíduos. Desta forma, embora se diferenciasssem do “outro”, esta ancestralidade era revivida ou preservada no binômio família-linhagem que, para Sidney Mintz e Richard Price, seria a “herança cultural” comum a muitos povos da África Central. (PEREIRA, 2014. p. 154).

E neste caso, o porvir do IPN está orientado – em uma das partes⁹ – ao público que pratica as visitas ao Instituto, onde as atividades propostas – desde a participação audiovisual até a visita a exposição permanente do lugar – condiciona a vida daqueles indivíduos que por algum motivo, se orienta a visitação do antigo cemitério e agora Instituto. Outra forma de porvir que podemos observar do IPN está orientada para a região da Pequena África. Pois são os voluntários do IPN que organizam juntamente com outras entidades da Pequena África o circuito da herança africana¹⁰. Então o IPN se constrói como uma agência de organização do lugar visando uma articulação do espaço.

⁹ É preciso entender que o por-vir pode ser múltiplo, cada momento-instante nos condiciona a novos devires e modifica os devires que existiam, podendo alterá-los, apagá-los e/ou ressignificá-los.

¹⁰ Informação no site oficial do IPN: “O projeto Circuito de Herança Africana foi criado pelo IPN em 2016, com o forte propósito de promover e fortalecer a educação patrimonial de seus participantes, sobretudo dos educadores e alunos da Rede Pública de Ensino. Além dos seis pontos do roteiro oficial, o IPN inclui outras localidades que fortalecem a narrativa desta atividade e torna este passeio-aula uma atividade dinâmica e inesquecível.”. Disponível em <https://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>

Vale ressaltar que o circuito da herança africana é uma conquista do movimento negro e das instituições negras, entretanto, este não representa a totalidade, pois os pontos demarcados pela prefeitura do Rio de Janeiro são apenas quinze (15) dentre uma infinidade de representatividade na região, conhecida como Pequena África. Este circuito, orientada pela prefeitura e disputado não só pelo IPN, mas por diversas agências¹¹ que juntamente ao IPN estão na região, é uma vitória ao seu reconhecimento, mas é preciso utilizá-lo como instrumento de luta para que se alcance mais; para que toda a região seja reconhecida como herança africana e não se limite a apenas alguns pontos no espaço.

O Cemitério dos Pretos Novos ancora grande parte da história do IPN, entretanto este não se limita a apenas pensar o local. Há diversas oficinas de formação sobre a herança e a ancestralidade africana e afro-brasileira disponíveis no IPN, juntamente com uma pós-graduação Lato Sensu de História da África e a Diáspora Atlântica.

O IPN demonstra uma preocupação com a forma que proporciona o debate dos que morreram na luta em busca de liberdade. Pois ao evidenciar a morte, como na escavação do corpo de Josefina Bakhita (figura 2), pode-se confundir o Ser morto com apenas um escravizado. Entretanto, essa demonstração da desumanidade que ocorreu com os escravizados tem como finalidade evidenciar as práticas dos colonizadores europeus. Onde juntamente ao corpo de Bakhita, foram encontrados vestígios de outros humanos, como podemos observar no relato do antropólogo Andrei de Souza Santos.

Faz-se necessário ressaltar que, junto à Bakhita, havia outros remanescentes humanos pertencentes a outros indivíduos, embora estes não tenham sido identificados (no que corresponde ao sexo e idade). Talvez, a imagem da disposição dos ossos uns sobre os outros – ou ainda, nesse caso, humanos sobre humanos, dada a fácil assimilação dos fragmentos ósseos à figura humana – traduza com espantosa fidelidade o contexto histórico e funerário do Cemitério dos Pretos Novos: um local de descarte de corpos enterrados à flor da terra. Nesse sentido, a disposição dos ossos parece simbolizar não

¹¹ Agências negras definidas na visão de Oliveira (2019, p. 253). Disponível em: OLIVEIRA, Denilson Araújo. Memórias subterrâneas negras na "Pequena África". In: J. DOMINGUES, & M. PRAGMÁCIO, **Memória, patrimônio cultural e a questão urbana no Rio de Janeiro: contradições, conflitos e desafios** (pp. 229-268). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

somente o mero descarte de corpos, mas a desumanidade com que os cativos africanos eram tratados antes e após a morte. (SANTOS, 2017. p. 31).

Figura 2: Esqueleto de Josefina Bakhita encontrado no hall principal do IPN.



Fonte 2: Exposição Permanente do IPN inaugurada em 2010 <Disponível em:

<http://pretosnovos.com.br/museu-memorial/>>

Aos primeiros visitantes do IPN, que se depararem com o corpo de Bakhita, podem despertar um estranhamento de como aquele corpo é retratado, pode se confundir apenas como uma exibição do horror da escravidão. Entretanto, a exposição busca algo além, há a exaltação do Ser como humano que não nasceu escravo, mas foi colocado naquela situação pelo sistema hegemônico de dominação dos séculos passados. Nesta perspectiva pode-se abordar uma forma de ativação da ancestralidade do Ser, que ao buscar na memória dos que ali foram mortos, há um despertar da esperança dos vivos. Configurando assim, uma explicação de se pensar o lugar do Cemitério como uma identificação as causas de uma luta em busca de liberdade guiada pelo IPN. E desta forma, o IPN também busca evidenciar a ancestralidade dos que ali foram abandonados e como isso se conecta a comunidade africana, como destaca

Nota-se que a relação do IPN com as comunidades africanas é bem evidente, especialmente em termos religiosos. Não raro, esse tipo de

ALHO, *Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.348

evento costuma ocorrer no local, mas nem sempre relacionado às religiões de matriz estritamente africana. (Santos, 2017: p. 29)

Por isso, o IPN, em todas as suas práticas e narrativas, defendem a visão do “lugar do Ser” que é fundamental, pois relembra que os negros durante toda sua História do Brasil foram considerados “mercadorias e/ou objetos” (GORENDER, 2016, p. 92) na definição eurocêntrica. É de suma importância lembrar que estes são descendentes de povos com culturas diversas de territórios distintos do continente africano, que apresentam uma história muito anterior a escravidão colonial, e que tem formas de saber tão complexos quanto o mundo eurocêntrico. A busca da ancestralidade dá luz à memória, em um movimento contínuo e dialético de construção mútua. Esta memória dá acesso ao lugar, que como demonstrado, é construído no movimento dos que transitam e constroem o mundo a sua volta.

Do pretérito ao presente: o Ser negro no Brasil ou na Terra Brasilis

Ser Negro no Brasil, é ser diretamente associado apenas como descendente dos que foram escravizados, lembrando apenas as imagens de horror da história afro-brasileira que para este país foram trazidos. Vale a pena destacar que, esta história necessita e deve ser contada, pois é necessário afirmar o horror da escravidão; entretanto, também é preciso, na mesma importância, afirmar que a história dos negros e negras deste país constituem uma complexidade de lutas, de vivências, histórias que não se limitam a escravidão.

Estes foram criminalizados, malvistas e considerados inferiores durante o período escravocrata brasileiro e depois na falsa abolição¹² – passaram a ser um sinônimo equivocado de medo e/ou repulsa. A busca por outras narrativas sobre a escravidão, principalmente aquelas observadas por olhares das pessoas negras, são vistos como “mitologia”, algo irreal, ou invenção daqueles que se orgulham de serem Negros. Isto

¹² Falsa abolição, pois a libertação dos que foram escravizados, foi na estrutura estatal, um abandono e posteriormente, criminalização da população negra brasileira. O movimento abolicionista, que lutava pelo fim da escravidão, buscava apresentar projetos perante o Império brasileiro, a fim de integrar a construir um país menos desigual. Entretanto, este movimento não foi consultado quando assinaram a Lei Aurea, em 13 de maio de 1888. A este, podemos observar em: (EUGÊNIO JR. 2018), (NASCIMENTO 2016), (ROSSI 2018).

porque a sociedade brasileira se acostumou a classificar o negro como passivo da história e dependente da leitura histórica hegemônica.

Ser negro durante toda a história moderna/colonial era sinônimo de todos os estigmas que o Ser branco diretamente reproduzia, ou seja, para a manutenção da relação de poder. Isto significa que para o Ser Branco, aqueles lidos como negros não eram [e até os dias atuais] não são agentes produtores da história, em nada contribuiu na sociedade brasileira e esteve sempre a mercê da narrativa hegemônica de mundo, isto é, o eurocentrismo. Nesta visão o mundo moderno-colonial brasileiro afirma existir um padrão a ser seguido, e este é BRANCO, e um padrão a ser negado de todas as formas possíveis, o NEGRO. Este necessita nega-se e para isso foram criados a soberania do Ser branco, negando a resistência e a passividade do negro perante a toda essa hierarquia de dominação, como se o negro fosse compassivo com esta estrutura, como se aceitasse a escravidão.

Por isso, ao narrar a escravidão é importante trazer os relatos de horror, mas acima destes, também é necessário trazer os relatos de lutas, de vivências, de participação nas disputas pelo poder que os negros forçavam a sociedade a reconhecê-los.

Há diversos mitos que foram construídos sobre a escravidão brasileira, o tratamento sobre as pessoas que foram escravizadas e sua passividade. Abdias Nascimento traz em sua obra, o genocídio do negro brasileiro, alguns deles. Um destes é a benevolência do senhor, este mito afirma que graças à bondade das elites do Brasil colonial as culturas afro-brasileiras foram selecionadas e deixadas sobreviver durante a história.

A isso, Nascimento (2019) afirma que,

(Há) o mito que a sobrevivência de traços da cultura africana na sociedade brasileira teria sido o resultado de relações relaxadas e amigáveis entre senhores e escravos. Canções, danças, comidas, religiões, linguagem, de origem africana, presentes como elemento integral da cultura brasileira, seriam outros tantos comprovantes da ausência de preconceito e discriminação racial dos brasileiros “brancos” (p. 66).

Este mito, busca tornar a narrativa da escravidão menos dolorida, e esquecível, como se fosse algo que ficou no passado, e que não gerou nenhuma influência no presente, entretanto, esta fábula busca mascarar a luta dos negros escravizados. A isto, nascimento (2019) afirma que

Desde o início da escravidão, os africanos enfrentaram a instituição, negando fatalmente a versão oficial de sua docilidade ao regime, assim como sua hipotética *aptidão natural* para o trabalho forçado. Eles recorreram a várias formas de protesto e recusa daquela condição que lhes fora imposta, entre as quais se incluíam o suicídio, o crime, a fuga, a insurreição, a revolta (p. 70 e 71).

Nessa alegoria, o ser negro seria passivo e apático, entretanto, sabemos o quão resistentes e subversivos eram as pessoas negras perante esse sistema hediondo de exploração. Ao lembrar a escravidão – mas vale destaca que não é somente esta lembrança – o IPN busca resgatar o lugar do Ser Negro na sua própria historiograficidade. O Instituto dos Pretos Novos não se torna simplesmente um Museu ou um lugar para lembranças do período da escravidão. Mas se torna um lugar de luta passada, presente e futura. É no passado do Instituto que funcionava o Cemitério dos Pretos Novos, logo é no seu futuro que negras e negros buscaram resistências em suas vidas cotidianas.

É a partir das narrativas negras, que o IPN, conta sua narrativa dos fatos da escravidão. É nas histórias que ali foram enterradas, na configuração do cemitério, que os fatos sobre os horrores que foram praticados desde a captura no continente que hoje denominamos como África até os massacres ocorridos até 1831¹³, que hoje germinam lutas não somente identitárias, mas estruturais da composição da sociedade do Rio de Janeiro.

No conto da benevolência dos senhores, parece que nada acontecia com os negros na escravidão, há a impressão de que todos os horrores desse sistema eram apenas exceções perante a regra, entretanto, nem é justo dizer que ocorre o contrário a isto,

¹³ Ano de encerramento das atividades do Cemitério dos Pretos Novos, que só foi redescoberto no ano de 1996.

pois em nenhum momento há alguma benevolência para essas pessoas. O que ocorre é a mutilação dos corpos de pessoas negras e negros¹⁴, a condenação do negro perante o Ser Branco, o fatídico massacre dos milhares de corpos que foram explorados e a mutilação dos estados de espírito que estas diversas pessoas traziam consigo.

Quando este sistema chega ao fim, - importante destacar que o Cemitério dos Pretos Novos já estava “fechado” a mais de 50 anos quando acaba a escravidão - com a declaração da Lei Áurea, há novamente o conto dessa “benevolência”, pois no dia 13 de maio de 1888, há a impressão de que as elites brasileiras, representada pela princesa Isabel, caíram em si, e como bons senhores libertaram os negros das mazelas da escravidão. Entretanto, é preciso entender que esta data, foi a libertação e o assassinato em massa de negros e negras brasileiras, pois estes eram literalmente “*atirados à rua, qual lixo humano*” (NASCIMENTO, 2019, p. 79), sem nenhuma estrutura ou condições de sobrevivência.

E pior, com a política do Estado brasileiro de imigração de trabalhadores europeus¹⁵, que já vinha ocorrendo desde os meados do século XIX, favoreceu e reforçou o mito da superioridade branca em todos os aspectos, fez com que as mulheres e homens negros brasileiros tivessem que se agarrar a qualquer esperança de sobrevivência, isto é, qualquer tipo de remuneração, via a comida e moradia, em muitos casos.

Logo após essa abolição desmantelada, surgem fortes discussões sobre a democracia racial no Brasil, que seria o mito que a população brasileira vive harmoniosamente, independentemente das raças que neste território habitam, ou seja, um meio de forçar a identidade nacional, por meio de apagar partes constituintes da sociedade, e afirmar o discurso de “somos todos brasileiros”. Entretanto vale destacar a contradição que esse discurso apresenta com a prática política da sociedade brasileira onde, no início do

¹⁴ Dos corpos, das memórias, das crenças, enfim de diversas formas de existir e ser. Podemos observar isto, muito sintetizado nas religiões de matriz africana no período da colonização, onde, os escravizados aos serem obrigados a cultuar santos católicos, enxergavam nestes seus orixás. Sendo assim, foram obrigados a ressignificar uma das diversas formas de epistemicídio em uma forma resistência e continuidade de suas crenças e preservar suas origens. Observar em: (PATRIMÔNIO CULTURAL, 2012), (ROMÃO, 2018).

¹⁵ Observar em: (GÉLEDES, 2012), (Pessego, 2015) e (SANTOS, 2019).

século XX, na conferência internacional das Raças, representantes brasileiros defendiam a tese de branquear a população através da imigração, e que em 100 anos, isto é, de 1912 até 2012, toda a população brasileira seria composta por mestiços e brancos, onde os negros brasileiros deixariam de existir.

Percebemos assim que existe uma grande contradição dentro dessa solidariedade da formação nacional do brasileiro, onde o discurso adotado apoiasse na base da igualdade com a premissa ‘somos todos iguais’. Entretanto, busca-se formas de exterminar um grupo que foi racializado, através da eugenia. Assim, a busca dessa igualdade, pelo Estado brasileiro é para os socialmente aceitos.

Assim, o IPN relembra um passado genocida, agonizante e angustiante para a maioria dos negros brasileiros, mas que é preciso ver, rever, lembrar para que não ocorra novamente. E, sobretudo para que todas as medidas sejam feitas para que os mais de três séculos deste período, e a perpetuação de estereótipos que condena a morte, jovens negros a cada 23 minutos, sejam reparados para as populações que carregam em seus corpos expressões de exclusão socioeconômica.

A lógica da política brasileira, nos anos finais do império e início da república, é do embranquecimento da população, que se tornou a principal estratégia, em tempos pós-abolicionistas, de genocídio. Segundo Nascimento (2019), os argumentos utilizados para o processo de embranquecimento da população brasileira tinha como fator principal a questão genética, isto é, naquele momento a compreensão era que existiam raças inferiores e superiores de acordo com suas genéticas e sobretudo geográficas.

Esse pensamento foi forjado ao mesmo tempo em que as teorias científicas ganhavam cada vez mais adeptos no Brasil, visando dar algum tipo de suporte científico para erradicar o negro.

Segundo Nascimento (2019, p. 86),

Fato inquestionável é que as leis de imigração nos tempos pós-abolicionistas foram concebidas dentro da estratégia maior: a erradicação da “mancha negra” na população brasileira. Um decreto de 28 de junho de 1890 concede que “É inteiramente livre a entrada,

ALHO, Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.348

nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho [...] Excetuados os indígenas da Ásia ou da África, que somente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos”.

Podemos ver uma semelhança entre as políticas feitas para enterrar e apagar a história negra no tempo, através do modo em que os escravizados chegavam nos portos no Rio de Janeiro, e eram, literalmente, descartados em valas comuns; amontoados um em cima dos outros no Cemitério dos Pretos Novos e das políticas pós cemitério, com a abolição e a política de embranquecimento da população brasileira. Percebe-se que nos dois momentos há formas de extermínio da história da população negra contada pelo Ser branco.

Uma estratégia muito utilizada nesse marco de branquear a população é utilizar dos próprios negros para defender o discurso hegemônico. Isto é, absorver o negro no discurso da branquitude. Desmantelar a base epistemológica negra, não deixando estes se organizarem enquanto movimento da sociedade. Assim, criaram-se formas diversas de denominações sobre as pessoas negra – a saber, a divulgação da historiografia branca como de padronização e organização do mundo e negando a existência das diversas outras formas de ser e agir, condenando-as como erradas. Assim, estas buscam mistificar o que seria o negro no Brasil. Além de colocar estigmas e malefícios em cima da palavra e do Ser negro.

Deste modo, é comum que pessoas negras, buscam se identificar como brancas, a fim de ser aceito pela branquitude reproduzida. Diferente de países como Estados Unidos e África do Sul por exemplo, o Brasil fez do ser negro um significado social resultante de múltiplos mecanismos políticos jurídicos de racialização. Ou seja, algo extremamente perceptível, que seria a primeira impressão, a cor da pele, portanto, quanto mais retinto for o indivíduo, mais negro este seria.

Ser negro no Brasil do ponto de vista político-jurídico durante grande parte da história brasileira é resumido à coloração e pigmentação da pele. Sem demora, os mecanismos de sobrevivência da população negra se construíram em cima de buscar se branquear, tanto em traços físicos quanto em culturais. Este discurso é a negação da negritude,

ALHO, Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.348

onde por diversas vezes, por apresentar uma tonalidade de pele mais clara de uma coloração mais retinta, a pessoa negra busca de todas as formas possíveis mascarar-se de branco, a fim de, principalmente, se sentir/tornar aceito na sociedade branca.

Vale ressaltar que as pessoas lidas como brancas na sociedade brasileira não se veem como tal, estas se veem apenas como “normal”, racializando todos os outros indivíduos, menos os construtos do Ser branco, apresentando-se assim uma grande contradição em ser branco. Na visão do filósofo Achille Mbembe (2014, p. 84 e 85), este afirma que “O <Branco> é uma categoria racial pacientemente construída no cruzamento entre direito e os regimes que praticam a extorsão da força de trabalho”. Ou seja, o branco é, também, uma construção a partir do Outro negro.

Entretanto são construções diferentes, pois, enquanto o ser Branco se constrói como categoria de poder e dominação, este faz de todos os outros, diversas categorias de submissão e subalternização. Vale ressaltar que, as construções de diversos povos foram intencionalmente apagadas, como projeto de dominação europeia, em diversas partes do continente africano e em toda a diáspora.

Almeida (2019) define que

Tanto o “ser branco” quanto o “ser negro” são construções sociais. O negro é produto do racismo, “sobredeterminado pelo exterior”, diz Frantz Fanon. O negro faz-se humano com a negritude e com a consciência negra, que constituem a reação intelectual e política contra as condições impostas a ele pelo racismo. (p. 77).

Esta definição do Ser Negro, que se faz humano com a negritude, remete as potencialidades que o IPN busca destacar, pois ao trazer as histórias ocorridas com todos os escravizados para a cidade do Rio de Janeiro, o instituto afirma que o reconhecimento da negritude é extremamente importante para fazer que a categoria ser humano seja construída por nós mesmo. Ao longo de todo o período da história colonial, os denominados como negros foram desumanizados pelo Ser branco que se dizia humano.

A construção do Ser Negro, que o IPN aborda e afirma que é necessária, passa pela sua autoidentificação, e não pela designação do Ser Branco. E o Estado republicano

ALHO, Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos

brasileiro, busca apagar da história e da espacialidade as narrativas de todos que lutaram para se autoafirmar como Negros.

Assim, no cenário da república brasileira, que é construído no contexto da mestiçagem, ser negro se torna uma posição política. Pois se apresenta com vários significados aqueles que foram tratados como sendo as diversas escaladas de cor. A construção do Ser Negro passa por condições físicas percebidas culturalmente e os dados culturais individuais. Ou seja, o ser Negro é além da cor da pele, é, sobretudo, a escolha de afirmar a negritude e, como nos lembra Neusa Sousa Santos, tornar-se Negro.

Ser Negro é, por excelência, um ato político, onde se assume a identidade racial negra. Logo, deixa de ser algo escolhido pelo exterior (o Ser Branco) para se tornar uma autoidentificação. Ser Negro possui então, vários significados, o principal deles é o ser humano que elege a vida a partir de si, que resulta da escolha da identidade racial que tem como origem a sua ancestralidade de poder escolher, ou seja, Ser negro é poder escolher Ser.

Nessas concepções apresentadas, o IPN evoca a todos a olharem a história de uma maneira diferenciada sobre a escravidão no Brasil. Não se apresentando somente como um cemitério de escravizados que funcionou cerca de 58 anos no Valongo, do Brasil Colônia até o Brasil Império (1769-1830), mas se apresenta como um Instituto que observa o passado e apresenta aos visitantes as diversas formas de existir dessas pessoas.

É a prova que na história do Brasil, as pessoas negras sempre foram tratadas como lixo na sociedade que defende o discurso da branquitude. E somente na luta antirracista, ao se auto identificarem não somente como descendentes de escravizados, mas como reis e rainhas de impérios gigantescos, podemos modificar este sistema que busca sempre hierarquizar as pessoas.

A ancestralidade como ponto de apoio

o IPN busca a todo momento destacar, mesmo que indiretamente a ancestralidade, buscando sempre apontar o passado como um potencializador do presente e este,

ALHO, Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.348

sendo uma potência do futuro. Ou seja, não existe presente sem o passado, e para além disso, não existe o presente sem o futuro, pois a todo momento direcionamos nossas ações em direção das possibilidades do amanhã. Assim é o passado que nos constroem, e o futuro que nos move no presente.

A ancestralidade pode ser definida como aquilo de humano que conecta as pessoas a partir daquelas que passaram por nós. Ou seja, aqueles que já não estejam vivas no presente. Neste artigo, buscamos definir a ancestralidade em uma perspectiva existencialista, ou seja, de o modo de ver o mundo como pertencente a aqueles que já viveram nestas terras de maneira sólida. Aqueles que aqui passaram e que deixaram suas marcas a fim da realização de sua vida.

Todos possuem ancestralidade. É inerente a vida nascer e morrer, e com isso, existir em um período intervalo entre estes dois fenômenos (nascer e morrer), convivendo com outros em algum período do espaço e do tempo. A ancestralidade sempre esteve presente na construção dos Seres Brancos e na busca de construir um mundo moderno colonial. Esta esteve diretamente ligada aos construtos de sociedade, baseados em nação e nacionalidade, Estado Moderno e diversas outras formações de mundo. O mundo ocidental, foi assim, construído a partir do apagamento de outras narrativas, formas e conteúdo, para consolidar este mundo que vigora e governa o restante, buscando afirmar que este é o único possível e que os outros são todos desorganizados, tornando-se, assim, hegemônico.

A ancestralidade branca sendo, também, um construto social, busca apagar de onde são suas fontes. Ou seja, apagar seu próprio passado. A autora Yeye Akilimali, 2014, em leitura ao livro *Stolen Legado* do autor George GM James (1982) afirma que tudo o que foi construído como as bases da civilização europeia, como a filosofia, matemática, artes, saberes, que durante muito tempo ficou conhecido ser dos gregos antigos, foi na verdade, extirpado de mundos africanos, principalmente, o Egito. Este é um dos momentos passados que o discurso de branquitude busca apagar.

ALHO, Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.348

Ao invés deste passado, o discurso de branquitude acionam, a todo momento, a ancestralidade, buscam e recorrem ao ideário de raça, para se afirmarem com uma superioridade inerente a seus ancestrais europeus que vieram para o Brasil. São esses os descendentes de imigrantes italianos, alemães, suíços, espanhóis. Que ao apelar a estas narrativas, afirmam o discurso racializado que existe no Brasil. Entretanto, um discurso da branquitude sobre a ancestralidade e racialidade.

Vale ressaltar que não é uma ancestralidade vivida em si mesma, em busca de selecionar no passado formas de ser e existir. É uma ancestralidade que busca, na seletividade da memória, formas de subalternizar o outro. Pois ao recorrer aos ancestrais que vieram para o Brasil, pouco se fala das cotas que estes receberam para se alojar nestas terras, ou as terras recebidas pelo Estado, incentivo psicossocial e econômico. Não há uma grande busca em afirma-se como símbolo de insígnia dessa ancestralidade, mas o principal é afirma que o outro não possui esta “herança genética”.

O IPN busca apontar algumas bases para o reconhecimento da ancestralidade negra, e é preciso saber que esta foi roubada, e agentes da história, como o Estado Português/Brasileiro na América, a Igreja Católica e Protestante e a iniciativa privada (senhores de Engenhos) buscaram escondê-la durante séculos, em muitos momentos vimos ela surgir e ressurgir em meio as revoltas, como em malês na Bahia; como na república de Palmares, com mulheres e homens que lutaram, morreram, e foram taxados de criminosos ou revoltosos perante o sistema vigente.

Muito da ancestralidade negra foi e é anônima, feita no cotidiano em que os saberes são passados oralmente. O IPN afirma que os corpos que foram jogados nessas valas comuns uns em cima de outros, sem nenhuma dignidade humana, nos mostra que em parte do passado deste país, os negros foram descartáveis, que cada pessoa ali abandonada, foi apagada da história. Mas sempre afirmando que eram pessoas, não escravos¹⁶.

¹⁶ Há um entendimento que a própria palavra escravo indica de maneira errônea que esta pessoa vive e morre escravo, que não tem humanidade, mas é a própria função de escrava. A palavra mais bem utilizada

ALHO, *Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos*

Figura 3: Restos mortais de pessoas que foram colocadas em valas comuns no período de funcionamento do Cemitério dos Pretos Novos



Fonte – Site oficial do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (Museu Nacional). Disponível em: <
https://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/attachment/esqueleto_completo_pretos_novos-e1502984375875/#main>

A busca pelo reconhecimento de diversas pessoas, altamente, importantes para a história deste país foram escravizadas e assim apagadas da história oficial, e é o movimento negro¹⁷ que resgata, mostra essas narrativas aos seus; e reinventa-se a partir dela. Vale ressaltar que a ideia do que é movimento negro, institucionalizado e autodenominado como tal, pode levar a algumas conclusões equivocadas, pois, movimento negro é, também, o negro em movimento, formando organizações de auxílio, assim, um pré-vestibular social, uma associação de moradores alfabetizando

nestes momentos é a de escravizado, pois remete que a pessoa foi colocada nesta condição, mas que possui humanidade.

¹⁷ Movimento negro, escrito no singular, pois compreendo que é uma unidade que abrange diversas instituições. Movimento negro, no plural, ou seja, movimentos negros indica que existem movimentos diferentes que podem ou não se articularem. Assim, neste artigo, apresento a pluralidade dentro do movimento negro, com as instituições negras espalhadas e articuladas entre si no território e que fazem parte de algo maior, que é o movimento negro, que tem o objetivo de acabar com o racismo na sociedade.

ALHO, Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos

peçoas, são peçoas melhorando a vida de outras peçoas também. O ato de reunir peçoas para contar histórias de pais e avós aos mais jovens é resgatar pela imanência a memória ancestral e transmiti-la pela oralidade, e devemos normalizar estas ações também como parte do movimento negro para acabar com o racismo¹⁸.

A ancestralidade negra esteve escondida sob o manto da escravidão imposta pelos que governavam o mundo, assim, não puderam – como a ancestralidade branca – se construir, reinventar e modelar-se¹⁹ segundo a si mesmos. A ancestralidade branca é completamente diferente da ancestralidade negra, pois a branca, está no fazer existir cotidianamente, nos traços inerentes as formas de existir do ser branco, na “ideologia da brancura” (ALMEIDA, 2019, p.80). Baseada no racismo estrutural, a construção dos ideais da branquitude fizera do Ser branco um agente social de exclusão de todos que não são seus iguais.

Esse modo de se ver, enquanto superior ao outro, é parte da herança deixada desde tempos coloniais e construída em cima das diversas teorias raciais que vigoram no senso comum até os dias atuais²⁰. Esta ideologia da brancura é constantemente, lembrada – através da memória – como se fosse algo nobre e superior. O que, na verdade, é uma grande “patologia social do branco”, como dizia Guerreiro Ramos, que seria a forma como o branco rejeitava a possibilidade de integração social com o negro. É um fazer existir na negação do outro.

Uma ancestralidade pautada na individualidade – voltada a si própria, pois este sempre buscará a diminuição de qualquer outro; como o caso dos brancos que excluem a si mesmos vivem na periferia do capitalismo são taxados de inferiores por aqueles que vivem na centralidade do mundo capitalista (o mundo eurocêntrico) – estará sempre

¹⁸ Silvio almeida ao responder o professor Paulo cruz no programa Roda viva, sobre o movimento negro, afirma que “Movimento negro é a solidariedade que existe dentro das favelas, são as escolas de samba, são os terreiros. São lugares de aprendizado. Não teve um momento em que o movimento negro tenha abandonado seus jovens”.

¹⁹ Na sua totalidade, pois precisamos compreender também que os atos de resistência para a ancestralidade fossem ensinados aos mais jovens ocorreram de forma veemente em toda a história brasileira, o que defendo aqui é que está foi escondida e apagada ao máximo.

²⁰ Por exemplo, a hiperssexualidade do corpo negro, tanto dos homens quanto as mulheres negras, o mito de que o corpo negro é mais propício ao trabalho braçal e físico.

fadada ao fim. Pois é estritamente necessário, a formulação de uma ancestralidade que ultrapasse o Ser.

Entendo que a ancestralidade é algo construído em conjunto com o presente e, conseqüentemente, com as pessoas com que se convive nele. Não se pode imaginar o presente, sem que houvesse a existência de um passado, então também é preciso lembrar que existe um futuro que chega a cada novo instante de vida. É este presente que constrói a ancestralidade do amanhã, ou seja, o presente do hoje é o devir do amanhã. Assim, é estritamente necessário, construir nas gerações do hoje, uma perspectiva de amanhã, fazer de uma existência um significado da próxima. Isto significa que uma existência dá significado à outra que significa a próxima.

A isso, nos explica Moraes (2019, p. 01), que desenvolve e explique que,

A ideia de ancestralidade traz em sua estrutura duas potências: algo que permite que ela sempre retorne e se repita ao longo do tempo, e a possibilidade de sempre se fazer presente. [Logo] (...) a ancestralidade sempre aponta para um futuro, que nunca se presentifica, em termos de finalização, e traz sempre, de modos diferentes, heranças do passado que se repetirão no futuro.

Uma definição de ancestralidade na filosofia é trazida por Oliveira (2012) que,

Desenvolve o conceito de ancestralidade para muito além de relações consanguíneas ou de parentesco simbólico. A ancestralidade, aqui, é uma categoria analítica que contribuiu para a produção de sentidos e para a experiência ética. Passa da categoria nativa (...) para uma categoria analítica. (OLIVEIRA, 2012, p. 30)

Destes modos, principalmente este abordado por Moraes (2019), podemos entender um pouco deste modo de ancestralidade percebendo o devir, ou na definição do professor Renato Nogueira (2011), como o porvir de uma filosofia afroperspectivista, onde busca colocar em destaque a dimensão do pensamento negro para se pensar e reativar o devir negro-africano no mundo, se fazendo necessário, a compreensão de um sentido filosófico seu que busque denegrir, escurecer e tornar o pensamento negro. Ou seja, o raciocínio do autor busca definir a filosofia afroperspectivista a partir de uma filosofia pensada no Ser negro.

ALHO, *Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.348

As instituições negras, como o IPN, têm um papel essencial para reativar esse devir negro africano. Vale ressaltar que é na existência do presente onde essas forças precisam ser procuradas, pois é na busca deste sentido que olhamos o passado e pensamos o futuro. É na busca do passado do pensamento africano que o futuro se faz presente a fim de *denegrir, escurecer, tornar o pensamento negro* (NOGUEIRA, 2011, p.3) o caminho para se pensar outra forma de relação no mundo.

Entendido isso, podemos definir que o Ser se constrói e se reconstrói a cada novo instante, e é precisamente voltado no sentido de se construir nas suas necessidades do presente. É a partir de lutas coletivas e da existência de diversos problemas sociais que o Ser se constrói e dispõe seu pensamento nas formas de agir e ser. Assim, a luta negra organizada se constrói por este Ser negro e está alinhada com sua historiografia e sobretudo com o presente e futuro da população no Brasil. Ou seja, se a cada vinte e três minutos um jovem negro morre no Brasil, a construção do Ser Negro e da luta negra necessita estar alinhada com essa pauta, para que não ocorra o genocídio dessa população no Brasil. A luta se dá assim em dois campos: no individual e no coletivo. O individual na “descoberta” do Ser Negro e no coletivo por meio das ações organizadas na luta sobretudo dos direitos.

Essa filosofia se enquadra na perspectiva existencialista a partir dos problemas da imanência [dos problemas do hoje] que foram construídos no passado e deixados como herança²¹, ela se utiliza da ancestralidade, principalmente para buscar formas de resolução desses problemas.

Em linhas gerais, a filosofia afroperspectivista nos convoca para acontecimentos negros, acontecimentos femininos, acontecimentos infantis, acontecimentos animais; ela só pode

²¹ Há no senso comum que herança é sempre algo positivo, mas a herança, segundo Corrêa (2016, p.03), “é o resultado de um maior ou menor acúmulo de formas herdadas do passado recente e remoto. Diversos momentos do tempo estão aí incorporados por meio de heranças do passado”. Então os corpos negros e o Ser negro ao mesmo tempo que carrega na sua ancestralidade uma herança positiva de se reencontrar com o seu passado na construção de uma herança positiva futura, ao mesmo tempo esses corpos carregam uma herança que é do processo escravização e exclusão social imposta pelo Ser branco, ou seja, uma herança negativa do processo histórico que ao mesmo tempo será destruída por meio de uma afroperspectiva.

ser entrevistada a partir desses acontecimentos e outros do mesmo “gênero”, de clivagens próximas (NOGUEIRA, 2011, p.3).

Então essa filosofia afroperspectivista se assume com caráter de buscar na ancestralidade a dimensão do Ser específico da existência. É uma investigação de buscar entendimento naqueles que já morreram. Entretanto, não é uma busca de sentido no passado, mas uma possibilidade de se tornar potência no presente, movimentar o futuro.

A filosofia afroperspectivista

(...)está no passado; não no sentido de um retorno para o que aconteceu, antes, pela busca em favor de um futuro imanente do pretérito. Por isso, o sentido não está escrito além deste mundo, tampouco em qualquer hipótese transcendente. A matéria da filosofia afroperspectivista, os segredos de seu plano de imanência estão na compreensão da ancestralidade africana tomada como as vísceras da terra, como o sentido através do qual a vida se realiza. (NOGUEIRA, 2011, p. 10).

É importante destacar essa forma de pensamento, pois é uma das formas de observar a construção do Ser Negro na sociedade brasileira. Assim o Ser Negro, é uma de suas formas indefiníveis, como movimento, pois é na busca da sua ancestralidade que o Ser Negro se transforma a fim de mudar a realidade do presente e modificar as potências do futuro. Se identificar como negro no Brasil é obrigatoriamente saber que a sua história e seus fenótipos não são oriundos da escravidão, mas de uma história muito mais antiga. Se reconhecer como negro brasileiro é saber da sua ancestralidade, é saber que há mais história do que as contadas do período colonial/imperial brasileiro; é lutar para que estas histórias sejam reconhecidas, e, sobretudo, lutar para que os símbolos da subalternização não se reproduzam nos dias atuais a partir das diversas reinvenções do racismo.²²

²² Para saber mais, a Escola de Samba Mangueira (2019), compôs o enredo História Pra Ninar Gente Grande, onde demonstra trechos sobre lutas unificadas, como por exemplo na sua terceira estrofe “Brasil, meu nego. Deixa eu te contar. A história que a história não conta. O avesso do mesmo lugar. Na luta é que a gente se encontra”.

O IPN ressignifica a luta dos que foram mortos e abandonados. É uma busca constante de referenciar os que (naquele espaço) foram mortos simplesmente porque resistiam. O IPN com toda a sua prática, já evidenciada neste artigo, [fazendo oficinas, cursos, eventos religiosos etc.] busca ressaltar que os que morreram e ali foram abandonados eram seres que sonhavam, lutavam, existiam e viviam em seus territórios de origem.

Para Abbagnano (2007), por excelência, a definição do termo devir é a expressão da mudança, isto é, da renovação. De tal modo o devir, em nossa compreensão, é o modo de ser em seu sentido para e no futuro]. Assemelhando bastante o que Nogueira (2011) quer definir como uma filosofia afroperspectivista. Esta definição de devir pode associar-se melhor como o modo de porvir – ou o vir-a-ser – e necessita estar orientado a alguém ou a algo. Logo o porvir do Cemitério dos Pretos Novos orienta o Instituto dos Pretos Novos. Ou seja, o IPN se funda, nas bases ancestrais do Cemitério dos Pretos Novos.

A concepção prática do IPN de demonstrar que o Instituto é o lugar de (re)xistir é bem característica. Pensamento que está orientado à ancestralidade e como ela pode ser utilizada como força propulsora de novos devires²³. Pois ao acionar a memória e vasculhar outras formas de ver o negro – não apenas como um escravizado – o IPN trabalha com uma concepção do Ser e ancestralidade de luta e resistência dos que ali foram mortos e abandonados. Acionando assim novos dispositivos simbólicos – que o lança para o futuro – de (re)xistência do próprio IPN.

Considerações finais

Neste trabalho buscamos propor a análise sobre o Instituto dos Pretos Novos e como este se configurou na área portuária do Rio de Janeiro trazendo à tona, primeiramente, a sua historiografia e a diferença entre o que foi o cemitério dos pretos novos e o que se configura como Instituto. O entendimento do Ser negro possuía um significado de mercadoria no cemitério, já no instituto, passa a um Ser que possui escolhas, onde

²³ Devires, neste trabalho, será designado devir como por vir a ser, acredito que o significado de devir seja mais bem aproveitado, neste trabalho, em uma perspectiva afrocentrada, por isso a utilização de termos como por-vir-a-ser.

atualmente, mesmo com todos os traumas do racismo, buscam se afirmar como seres humanos na história. Esta dupla funcionalidade na história do IPN se configurando como uma rugosidade espacial (SANTOS, 1996), é fomentada para produzir as novas formas de existir do Ser Negro. Esta é a potencialidade de possibilidade do Ser, construindo novas narrativas e buscando na luta dos que ali morreram à esperança da vida dos que estão vivos.

Pudemos assim, ter uma breve noção da complexidade do IPN onde, observamos à construção histórica do Negro brasileiro e os mitos que foram criados, para demonstrar que a luta pela igualdade racial no Brasil, desde a colonização até nos laços republicanos, nunca foram prioridade e muito menos atendidas, mas ao contrário, foram escondidas com diversos mitos fundadores, baseado no mito da democracia racial brasileira e na benevolência dos senhores.

Ao longo de todo o trabalho buscamos evidenciar a ideia do Ser sempre se movimentando, pois este, como definição básica é indefinível, e todo aquele que é limitado socialmente, se torna um Ente. A construção do Ser negro na zona portuária do Rio de Janeiro que foi construído socialmente pelo colonizador europeu configurava este como apenas um Ente, que na visão do colonizador, não possuía “vontade própria” ou sua vontade seria irracional. Assim, o Ser-Branco-homem-europeu-colonizador, buscou limitar todo o Ser Negro para que este se torna-se uma propriedade viva entificada.

O IPN ao demonstrar que, no antigo cemitério dos pretos novos, as pessoas que ali morreram não eram escravas, mas foram escravizadas; não eram negras, mas foram denominadas dessa forma; e que foram tornadas propriedades de outra pessoa, passam a corroborar para uma nova forma de observar a história desses seres, os tornando-os cada vez mais humanos, mesmo depois de sua morte. Essa forma de narrativa do cemitério feita pelo IPN, potencializa todas as pessoas negras da região, pois contribui para torná-las cada vez mais humanas, por serem múltiplas e abraçarem suas ancestralidades, frente ao racismo que cada vez mais busca desumanizar as pessoas negras neste país.

ALHO, Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.348

Assim, o Lugar para Ser é fundamental para a existência do IPN, pois é este que busca outras narrativas da formação histórica do Brasil, para, não só, compreendermos as diversas potências historiográficas que existem escondidas em nossa história, mas também para fomentar a construção de um novo modo de ser-no-mundo. Uma construção de Ser, pautada na diversidade e no respeito as outras formas do Outro, para que assim, às relações humanas se tornem, realmente, mais humanizadas.

Referências

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ALMEIDA, Silvio. “Branco tem raça?” Em **Racismo Estrutural**, por Silvio ALMEIDA, 74-80. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRANDÃO, Gerson. “Nossa força é ancestralidade.” **Por Dentro da África**. 21 de março de 2017. <http://www.pordentrodaafrica.com/artigos/nossa-forca-e-ancestralidade-por-gerson-brandao> (acesso em Agosto de 2020).
- EUGÊNIO JR., Amauri. “Por que o Brasil teve uma falsa abolição da escravatura?” **ALMA PRETA**. 13 de Maio de 2018. <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/por-que-o-brasil-teve-uma-falsa-abolicao-da-escravatura>.
- GÉLEDES. “Problemas no paraíso: a democracia racial brasileira frente à imigração afro-americana (1921).” **Portal Géledes**. 13 de Outubro de 2012. <https://www.geledes.org.br/problemas-paraíso-democracia-racial-brasileira-frente-imigracao-afro-americana-1921/> (acesso em Agosto de 2020).
- IBGE. “Condições de vida desigualdade e pobreza.” **Síntese de indicadores sociais - SIS**. 2018. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>.
- IPEA. “Atlas da Vulnerabilidade Social.” **Índice de Vulnerabilidade Social**. 2017. <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/mapa>.
- . “Ipea apresenta dados de vulnerabilidade social por cor, sexo e domicílio.” **IPEA**. 2017.

ALHO, *Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.348

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30790.

MACHADO, Adilbênia Freire. "Filosofia africana para descolonizar olhares: perspectivas para o ensino das relações étnico-raciais." **Revista de Educação, Ciência e tecnologia**, 2014: 1-20.

MBEMBE, Achille. "O Negro, de branco, e o Branco, de negro." Em **Crítica a Razão Negra**, por Achille MBEMBE, 84-92. Lisboa: Antígona, 2014.

MORAES, Marcelo José Derzi. "A filosofia e o quilombo: a ancestralidade como questão filosófica." **Revista África e Africanidades**, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NOGUEIRA, Renato. "Denegrindo a filosofia: o pensamento como coreografia de conceitos afroperspectivistas." **GRIOT - Revista de Filosofia**, 2011.

NOGUEIRA, Renato. "Ubuntu como modo de existir: Elementos gerais para uma ética afroperspectivista." **ABPN**, 2012: 147-150.

OLIVEIRA, Denilson Araujo de. **Africanidades**. 2016.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. "Memórias subterrâneas negras na "Pequena África"." Em **Memória, patrimônio cultural e a questão urbana no Rio de Janeiro: contradições, conflitos e desafios**, por João Domingues & Mário Pragmático (ORG), 229-268. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

PEREIRA, Júlio César. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: GARAMOND: IPHAN, 2014.

ROMÃO, Tito Lívio Cruz. "Sincretismo religioso como estratégia de sobrevivência transnacional e translacional: Divindades africanas e santos católicos em tradução." **Trabalhos em Linguística Aplicada** (Campinas), 2018: 353-381.

ROSSI, Amanda. "Abolição da escravidão em 1888 foi votada pela elite evitando a reforma agrária, diz historiador." **PORTAL GÉLEDES**. 13 de maio de 2018. <https://www.geledes.org.br/abolicao-da-escravidao-em-1888-foi-votada-pela-elite-evitando-reforma-agraria-diz-historiador/>.

ALHO, *Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.348

SANTOS, Andrei de Souza. **O Cemitério dos Pretos Novos e suas representações simbólica no tocante a preservação da memória afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências humanas e Filosofia - Departamento de Antropologia, 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. **Questões Urbanas e Racismo**. Petrópolis: De Petrus et Alii Editora LTDA, 2012.

SARTRE, Jean-Paul. **O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenologia**. 3ª ed. Petropolis: Vozes, 1997.

TAVARES, Reinaldo Bernardes. **Cemitério dos Pretos Novos, Rio de Janeiro, Século XIX: Uma tentativa de Delimitação Espacial**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, 2012.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. New Jersey: DIFEL, 1974.

Data de Submissão: 16/04/2021

Data da Avaliação: 05/11/2021

ALHO, *Da ancestralidade ao por-vir: Do Cemitério ao Instituto dos Pretos Novos*

Doi: 10.51308/continentes.v1i21.348